

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 5/2009

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE. -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano dois mil e nove, pelas quinze horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário a Senhora Ana Rita Lopes Inácio e segundo Secretário João Manuel Alves Gralha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de dezassete de Novembro de dois mil e nove, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Eleição dos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos do art. 11º, da Lei nº45/2008, de 27 de Agosto; -----

-----Ponto Dois – Eleição dos representantes das Juntas de Freguesia e seu substituto, na Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos da alínea a), do nº2, do art. 6º, dos Estatutos da ANMP; -----

-----Ponto Três – Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu substituto, na Assembleia Distrital, nos termos da alínea b), do art. 2º, do Decreto-Lei nº5/91, de 8 de Janeiro; -----

-----Ponto Quatro – Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu substituto, no Conselho Cinegético, nos termos da alínea e), do nº2, do art. 157º do Decreto-Lei nº202/2004, de 18 de Agosto; -----

-----Ponto Cinco – Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

substituto, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea b), do nº 1, do art. 3º D, do Decreto-Lei nº17/2009, de 14 de Janeiro; -----

-----Ponto Seis – Eleição do representante para a Comissão Concelhia de Saúde, nos termos da alínea f), do nº1, do art. 12º, do Decreto-Lei nº335/93, de 29 de Setembro; -----

-----Ponto Sete – Eleição do representante para o Conselho da Comunidade – ACES (Agrupamento Centros de Saúde) Médio Tejo II Zêzere, nos termos da alínea b), do nº1, do art.31º, do Decreto-Lei nº28/2008, de 22 de Fevereiro; ---

-----Ponto Oito – Eleição dos Representantes das Juntas de Freguesia e seu substituto, para o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d), do nº1, do art. 5º, da Lei nº32/98, de 18 de Julho; -----

-----Ponto Nove – Eleição do representante para a Comissão Mista de Acompanhamento do PDM, nos termos da alínea c), do nº1, do art. 7º, da Portaria 1474/07, de 16 de Novembro; -----

-----Ponto Dez – Eleição de representantes CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea i), do art. 17º, da Lei 147/99, de 1 de Setembro; -----

-----Ponto Onze – Eleição da Comissão Permanente, de acordo com a alínea h), do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Doze – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Treze – Aprovação dos Regulamentos Municipais – Tabela de Taxas e Licenças; Regulamento Municipal de Actividades Diversas; Regulamento Municipal de Publicidade e Propaganda; Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação; -----

-----Ponto Catorze – Autorização para Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia; -----

-----Ponto Quinze – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

-----Ponto Dezasseis – Majoração das Taxas Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados – artigo 112º, nº8 do Código do Imposto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

-----Ponto Dezassete – Pedido de autorização para Lançamento de derrama para o ano de 2010; -----

-----Ponto Dezoito – Pedido de autorização para fixação da Participação no IRS para o ano de 2010; -----

-----Ponto Dezanove – Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2010 – Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Ana Rita Lopes Inácio; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----Ricardo Manuel Ramalhete Honório; -----

-----Adriano da Fonseca Figueiredo; -----

-----Inocência Rodrigues Cruz; -----

-----Joaquim José Cardoso Gomes; -----

-----António da Silva Pereira; -----

-----Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----

-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----

-----Maria José Brito Alves Martinho; -----

-----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----

-----António Maria Constantino; -----

-----Manuel João da Rosa Pedro da Silva; -----

-----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----

-----Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----

-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Fernando Santos Freire e Rui Constantino Martins, que tomou parte da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunião a partir das 18h40m. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Manuel de Oliveira. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

- De seguida tomou posse a Deputada Municipal Maria José Brito Alves Martinho substituindo o Senhor Deputado João Filipe Ricardo que solicitou suspensão na sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista da CDU. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia informou que a marcação da Assembleia Municipal para as 15 horas se deveu ao facto da extensão de pontos para aprovação; -----

- **De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1)** -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que não há acta para aprovar uma vez que a última, foi a instalação da mesa após a tomada de posse e a qual foi aprovada em minuta. -----

--- Solicitou aos Senhores Deputados que preenchessem a ficha de identificação para actualização de dados, onde constam os dados pessoais, além da forma como desejam receber a documentação da Assembleia Municipal, se por CD, mail ou papel, uma vez que há muito gasto de papel em fotocópias; -----

O Sr. Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** propôs que se passasse as eleições do ponto 1 ao 11, pelo facto de o Senhor Presidente ainda se encontrar ausente, o que foi aprovado por unanimidade. -----

Informou que em relação ao Regimento, se encontra em vigor o do último mandato e o mesmo será revisto após constituída a Comissão Permanente.

Solicitou ainda que cada partido nomeasse o seu líder de bancada nesta Assembleia Municipal; -----

Após conversações a bancada do PS informou ser o Senhor Deputado Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constantino (**vide anexo 2**) e da Bancada da CDU o Senhor Deputado Carlos Timóteo (**vide anexo 3**); -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** tomou a palavra para informar que o líder de bancada do CDS-PSD é o Senhor Deputado António da Silva Pereira (**vide anexo 4**), e fez um protesto pela extensão da Ordem de Trabalhos e pelos pontos mais importantes serem debatidos no final quando já todos estão cansados e questionou o porquê de não se dividir os pontos por duas reuniões, pois segundo os entendidos passadas 3 horas de reunião já ninguém tem condições para discutir seja o que fôr e que de futuro o Senhor Presidente da Assembleia deveria ter o cuidado na formulação da Ordem de Trabalhos; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que onze dos pontos são de eleição, sendo 4 ou 5 de discussão e havendo prazos para cumprirnão tinha outra solução. Referiu que os pontos em discussão não são muito longos e que cada sessão pode ter a duração de cinco reuniões, por conseguinte, é um problema que se pode resolver facilmente; -----

----- **Ponto Um - Eleição dos representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos do art. 11º, da Lei nº45/2008, de 27 de Agosto.** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** questionou se as bancadas têm propostas para o referido ponto e informou que nos termos dos Estatutos da CIMT, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha tem direito a três lugares dos quais só votam os eleitos directamente para esta Assembleia e cujo apuramento é realizado pelo Método de Hondt; -O Senhor **Presidente da Assembleia** apresentou as listas que lhe foram presentes. (**vide anexo 5**); -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** questionou o facto da CDU serem dois deputados e no caso de ganhar são necessários três Deputados; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Eduardo** esclareceu que tem a ver com o ponto 3 que refere que no máximo só podem ser apresentados 3 eleitos; -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia do concelho presentes na Assembleia Municipal não votaram, sendo 15 Deputados a votar. -----

Os Partidos apresentaram a lista de candidatos que obtiveram os seguintes resultados: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTAS	PARTIDOS	ELEITOS	VOTAÇÃO
Lista A	PS	Rui Monteiro Picciochi	9
		Paulo F. G. Constantino	
		Ricardo Manuel R. Honório	
Lista B	CDS-PSD	Paulo Alexandre Tavares	4
		Eduardo Gil de Oliveira	
		Valter Augusto Caldeira	
Lista C	CDU	Carlos Miguel Timóteo Pires	2
		Maria José A. Martinho	

- Inscritos: 15
- Votantes: 15
- Abstenções: 0
- Brancos: 0
- Nulos: 0

Concluído o processo de votação foram eleitos 2 Deputados do PS, o Senhor Rui Monteiro Picciochi e o Senhor Deputado Paulo Constantino e 1 Deputado do PSD, o Senhor Paulo Tavares; -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ponto Dois – Eleição dos representantes das Juntas de Freguesia e seu substituto, na Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos da alínea a), do nº2, do art. 6º, dos Estatutos da ANMP. -----

O Partido Socialista apresentou os seguintes candidatos: (anexo 6); -----

Representante – Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia; -----

Substituto – Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha; ----

Feita a votação apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20
- Votantes: 20
- Abstenções: 6
- Brancos: 0
- Nulos: 0

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concluído o processo de votação foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia, efectivo e o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha, substituto, com 14 votos a favor do PS – Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Lopes Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso e 6 abstenções, sendo 4 do PSD – António Pereira, Paulo Tavares, Eduardo de Oliveira e Valter Caldeira e 2 da CDU – Maria José Martinho e Carlos Timóteo Pires; -----

-----**Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;** -----

----- **Ponto Três – Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu substituto, na Assembleia Distrital, nos termos da alínea b), do art. 2º, do Decreto-Lei nº5/91, de 8 de Janeiro.** -----

O Partido Socialista apresentou os seguintes candidatos: (anexo 7);-----

Representante – Presidente da Junta de Freguesia da Moita do Norte;
Substituto – Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** tomou a palavra para solicitar que se informe o resultado das eleições com calma para que não venham a dizer que não ouviram os nomes correspondentes à eleição; -----

Feita a votação apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20
- Votantes: 20
- Abstenções: 6
- Brancos: 0
- Nulos: 0

Concluído o processo de votação foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Moita do Norte, efectivo e o Presidente da Junta da Praia do Ribatejo, suplente com 14 votos a favor do PS – Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Lopes Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso e 6 abstenções, 4 do PSD – António Pereira, Paulo Tavares, Eduardo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Oliveira e Valter Caldeira e 2 da CDU – Maria José Martinho e Carlos Timóteo Pires; -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ponto Quatro – Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu substituto, no Conselho Cinegético, nos termos da alínea e), do nº2, do art. 157º do Decreto-Lei nº202/2004, de 18 de Agosto. -----

O Partido Socialista apresentou os seguintes candidatos: (anexo 8);-----

Representante – Presidente da Junta de Freguesia de Tancos; -----

Substituto – Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha; ----

Feita a votação apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20
- Votantes: 20
- Abstenções: 6
- Brancos: 0
- Nulos: 0

Concluído o processo de votação foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Tancos, efectivo e o Presidente da Junta de Vila Nova da Barquinha, substituto com 14 votos a favor do PS – Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Lopes Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso e 6 abstenções, 4 do PSD – António Pereira, Paulo Tavares, Eduardo de Oliveira e Valter Caldeira e 2 da CDU – Maria José Martinho e Carlos Timóteo Pires; -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ponto Cinco – Eleição do representante das Juntas de Freguesia e seu substituto, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea b), do nº 1, do art. 3º D, do Decreto-Lei nº17/2009, de 14 de Janeiro; -----

O Partido Socialista apresentou os seguintes candidatos: (anexo 9);-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Representante – Presidente da Junta de Freguesia de Praia do Ribatejo;

Substituto – Presidente da Junta de Freguesia de Tancos; -----

Feita a votação apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20
- Votantes: 20
- Abstenções: 6
- Brancos: 0
- Nulos: 0

Concluído o processo de votação foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, efectivo e o Presidente da Junta de Tancos, substituto com 14 votos a favor do PS – Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Lopes Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso e 6 abstenções, 4 do PSD – António Pereira, Paulo Tavares, Eduardo de Oliveira e Valter Caldeira e 2 da CDU – Maria José Martinho e Carlos Timóteo Pires; -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ponto Seis – Eleição do representante para a Comissão Concelhia de Saúde, nos termos da alínea f), do nº1, do art. 12º, do Decreto-Lei nº335/93, de 29 de Setembro; -----

O Partido Socialista apresentou o seguinte candidato: (anexo 10);-----

Representante – João Manuel Alves Gralha; -----

Feita a votação secreta apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20
- Votantes: 20
- Abstenções: 0
- Brancos: 6
- Nulos: 0

Concluído o processo de votação foi eleito o Senhor Deputado João Manuel Alves Gralha, com 14 votos a favor. -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ponto Sete – Eleição do representante para o Conselho da Comunidade – ACES (Agrupamento Centros de Saúde) Médio Tejo II Zêzere, nos termos da alínea b), do nº1, do art.31º, do Decreto-Lei nº28/2008, de 22 de Fevereiro; -----

O Partido Socialista apresentou o seguinte candidato: (anexo 11);-----

Representante – Rui Monteiro Picciochi; -----

Feita a votação secreta apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20
- Votantes: 20
- Abstenções: 0
- Brancos: 6
- Nulos: 0

Concluído o processo de votação foi eleito o Senhor Deputado Rui Monteiro Picciochi, com 14 votos a favor. -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ponto Oito – Eleição dos Representantes das Juntas de Freguesia e seu substituto, para o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea d), do nº1, do art. 5º, da Lei nº32/98, de 18 de Julho; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o número de presidentes de Junta a fixar no Conselho Municipal de Segurança têm de ser eleitos pela Assembleia Municipal e que considerando que todas têm problemas de segurança propôs que sejam todos os Presidentes de Junta a fazer parte do referido Conselho (**anexo 12**); -----

Feita a votação apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20
- Votantes: 20
- Abstenções: 2
- Brancos: 0
- Nulos: 0

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concluído o processo de votação foram eleitos os Presidentes das cinco Juntas de Freguesia do Concelho, com 18 votos a favor do PS - dos Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Lopes Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso e do PSD - dos Deputados António Pereira, Paulo Tavares, Eduardo de Oliveira e Valter Caldeira e 2 abstenções da CDU - dos Deputados Maria José Martinho e Carlos Timóteo Pires da CDU; -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** solicitou esclarecimento acerca do artigo 5º, também da alínea j), "...um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, em número a definir no regulamento de cada conselho, no máximo de 20..."; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a alínea j) era da Lei antiga, a qual foi alterada ficando com outra numeração e que quando se tratou da documentação não se aperceberam da alteração da Lei; -----

----- Ponto Nove – Eleição do representante para a Comissão Mista de Acompanhamento do PDM, nos termos da alínea c), do nº1, do art. 7º, da Portaria 1474/07, de 16 de Novembro; -----

O Partido Socialista apresentou o seguinte candidato: (anexo 13);-----

Representante – Ana Rita Lopes Inácio; -----

Feita a votação secreta apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20
- Votantes: 20
- Abstenções: 0
- Brancos: 6
- Nulos: 0

Concluído o processo de votação foi eleita a Senhor Deputada Ana Rita lopes Inácio, com 14 votos a favor. -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ponto Dez – Eleição de quatro representantes para a Comissão de Protecção de crianças e Jovens – alínea I), do artigo 17º, da Lei 147/99, de 1 de Setembro;** -----

O Partido Socialista apresentou os seguintes cidadãos: (anexo 14);-----

Cidadãos – Hélder Jesus Brito da Silva, João Manuel Alves Gralha, José da Silva Gomes e Maria do Rosário Lourenço Marques Correia; -----

A Coligação Democrata Unitária apresentou os seguintes cidadãos: (anexo 15);-----

Cidadã – Hélia Bento; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** questionou se a votação é por lista ou a se Assembleia podia chegar a um consenso das várias bancadas apresentarem um nome cada uma; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que tem duas propostas e são essas que tem de propor a Assembleia Municipal; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** tomando novamente a palavra referiu que a bancada do PSD é da opinião que cada bancada apresente um nome e que sendo a bancada do PS maioritária apresente o quarto nome, pois se for por lista não apresentam pois não vale a pena; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que não é hábito desta Assembleia Municipal indicar qualquer pessoa, pois para serem eleitas, terão que de ter apetência e competência para o cargo; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** salientou que não estão em questão as pessoas. Mencionou que a bancada do PSD pode nomear 1 ou 2 ou até 4 pessoas, só não o fazem porque são só quatro votos e certamente não vencem. Se houver um consenso e o senhor Presidente poderá propôr outra alternativa sem ser por lista; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que não depende de si mas do consenso dos proponentes; -----

Entretanto **o Senhor Presidente da Câmara** já se encontrava presente quando este ponto da Ordem de Trabalho estava a ser discutido tendo pedido o uso da palavra sugeriu que, se aguardasse para depois do intervalo e que os líderes das bancadas se reunissem para chegar a um acordo sobre os nomes a indicar para a eleição do ponto em discussão; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** questionou o que está previsto em termos de regimento para este tipo de votação, se é a apresentação em lista ou se em apresentação nominal, tendo sido informado pelo Senhor Presidente que o regimento é omissivo sobre esta situação; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** informou que a bancada do PSD concorda com a sugestão do Senhor Presidente da Câmara; -----

= O Senhor Deputado **Manuel João Silva** tomou da palavra para salientar que não faz sentido a alteração que se está a propor pelo facto de se ir votar em pessoas que não estão presentes daí não se saber se vão assegurar o seu lugar; -----

OS Partidos Políticos informaram que se responsabilizaram pelos nomes a propor para nomeação do cargo a exercer; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o ponto nº 10 fica suspenso a sua votação até que os líderes de bancada se reúnam e nomeiem os referidos nomes para que se faça uma lista conjunta; -----

----- Ponto Onze – Eleição da Comissão Permanente, de acordo com a alínea j), nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** suspendeu o ponto para depois do intervalo para que os líderes cheguem a uma conclusão e apresentem os nomes para a referida Comissão; -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** deu as boas vindas aos novos membros da Assembleia Municipal e que os membros eleitos cumpram o que é solicitado através das competências da Assembleia Municipal. Felicitou o Senhor Deputado Carlos Timóteo, que por um voto não foi eleito vereador, embora a Assembleia Municipal fique mais enriquecida com a sua presença. Ainda em relação às eleições mencionou que a lista do PSD, manteve os mesmos elementos na Assembleia Municipal, tal como os restantes partidos, ou seja o Partido Socialista não teve a maioria absoluta como anteriormente acontecera. Desejou a todos os presentes que tenham um Bom Natal e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2010 não seja tão mau como tem vindo sido apregoado; -----
Solicitou que lhe fosse facultada a Lei 32/98 actualizada, referindo que são falhas que a mesa da Assembleia não deve ter, assim como o envio da acta da penúltima reunião da Assembleia Municipal a qual merecerá alguma análise na sessão da Assembleia Municipal; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a referida acta foi aprovada em minuta, devido ser a última reunião do anterior mandato; -----

= Tomando novamente a palavra o Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** felicitou o Senhor Vereador Rui Constantino por ter sido nomeado Vice-Presidente qual tem cativado muitos munícipes; -----

-De seguida solicitou as seguintes informações: -----

- Em relação às actas da Câmara qual a razão de só estar no site as actas até ao dia 9 de Setembro; -----

- Para quando a resolução do problemas da Praça de Touros; -----

- A necessidade da criação de uma carta desportiva; -----

- Qual a situação do Galaxy Park, visto que o senhor presidente disse no anterior mandato, que ia haver uma revisão do protocolo; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** felicitou a força política vencedora do escrutínio do dia 11 de Outubro e votos para que desenvolvam um bom trabalho em prol do concelho, em especial para os que iniciam novas funções;

- Expressou um especial agradecimento aos Munícipes pela votação na CDU, nesse mesmo dia, uma vez que esta saíu reforçada, aumentando a votação estando muito perto de eleger um terceiro deputado; -----

- Apesar de a última Assembleia Municipal ter sido muito esclarecedora e fez-se um trabalho muito bom colocou as seguintes questões: -----

- Em relação à Resitejo mencionou que a recolha do Lixo continua a ser feita de uma forma muito deficitária, o que espera que seja uma situação a resolver num curto espaço de tempo, pois não se pode avançar para uma politica de ambiente quando não se resolvem coisas simples. Salientou que não se pode ir às escolas sensibilizar as crianças quando não há exemplo a seguir; -----

- No que respeita aos maus cheiros da suinicultura salientou que nos dias 30 de Outubro e 11 de Novembro foram datas em que se registou o mau cheiro, solicitando que a Câmara tomasse as medidas necessárias; -----

Por último agradeceu as palavras simpáticas do grupo do PSD; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** questionou se o horário da Sessão da Assembleia foi uma situação pontual ou se é para continuar, pois como professor e as exigências que tem, causa algum transtorno arranjar substituições, obtendo como resposta do Senhor Presidente da Assembleia que foi situação pontual pelo facto do elevado número de pontos da Ordem de Trabalhos; -----

= A Senhora Deputada **Ana Rita Inácio** desejou as felicidades a todos os eleitos e que os próximos 4 anos corram e se não forem melhores que sejam iguais aos últimos que passaram; -----

- Alertou o executivo por duas situações sendo elas as seguintes: -----

- Em relação as valas de escoamento que estão a ser abertas nas Limeiras, o quel agradece, informou que o que está a sair das valas está a ser depositado no Campo de Futebol das Limeiras, propriedade da Fundação Dr. Francisco da Cruz, do qual o Centro Cultural das Limeiras tem o aluguer, embora tenha o tratamento devido não é local para o seu depósito; -----

Relativamente aos terrenos que estão a ser limpos por debaixo das linhas de alta tensão, informou que a Eng.^a Alexandra já foi alertada pelos proprietários lesados, pois não deram autorização para que tal fosse feito e estão sépticos porque a parte do eucaliptal não sofreu qualquer dano por debaixo das linhas, enquanto que os terrenos limítrofes foram lavrados com tractores de lagartas;

O Senhor **Presidente da Assembleia** questionou qual a razão no Largo Infante Santo, em Vila Nova da Barquinha, estarem sinalizados 4 lugares de estacionamento, quando existe uma placa de estacionamento proibido; -----

Em relação ao protocolo com a Refer sobre a cedência da Estação de Caminhos de Ferro, cuja finalidade se destina a apoiar as Associações Culturais e Desportivas, questionou se não haverá o perigo da estação encerrar os seus serviços, e quais são as associações contempladas; -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo respondido o seguinte: -----

- Relativamente as eleições referiu que teve a oportunidade e o privilégio de falar no acto de posse do qual dispensa outros comentários. Não era sua ideia fazer análise as eleições mas já que foi feita pelo PSD e pela CDU não pode deixar de referir. Mencionou que o fez lembrar a noite das eleições em que todos ganham, menos o partido que teve o maior número de votos e salientou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que pela 3ª vez consecutiva na Câmara, o PS conseguiu 80% dos mandatos, no Médio Tejo. A Câmara que teve a maior percentagem de votos, teve 59%. São 4 mandatos consecutivos em que o PS teve a maioria, na Assembleia Municipal e nas 5 Juntas de Freguesia, enquanto o PSD em coligação com o CDS conseguiu ter menos votos do que à 4 anos atrás; -----

- Em relação à questão do atraso das actas no site referiu que tal se deveu ao período eleitoral e de tomada de posse mas que se irá tratar da resolução da situação; -----

-- Quanto à Praça de Touros informou, tratar-se de assunto que também preocupa a Câmara Municipal, é a 2ª mais antiga do país, mas esta no entanto é de propriedade da Santa Casa da Misericórdia; -----

Informou que no último ano, SE realizaram em Santarém festivais de tauromaquia com preços muito baixos, o que leva que os promotores de espectáculos a ter dificuldade em rentabilizar o espaço. Salientou que se houver uma possibilidade de uma candidatura ajudando a Santa Casa a preservar a Praça de Touros tal não deixará de ser feito; -----

- Em relação ao Galaxy Park, mantém o que já referiu anteriormente, e que a crise do mercado financeiro desde Setembro de 2008 não tem ajudado; -----

O promotor, juntamente com a Direcção Regional de Economia deu nota da necessidade de adiamento do investimento previsto. Espera que brevemente haja uma planificação no sentido de se saber se vai haver reformulação, qual é a intenção de investimento e o seu calendário, elementos fundamentais para a Câmara tomar uma posição no sentido da alteração do protocolo; -----

Informou que a Câmara está salvaguardada em relação à intenção de transmissão de 3 hectares de terreno para o determinado investimento. O único acto realizado, foi a da transmissão de direito de superfície afecto ao fim destinado, estando assim o património municipal salvaguardado; -----

- Em relação à recolha do Lixo louva o trabalho efectuado pelos funcionários camarários que têm sido incasáveis na sua recolha. Quanto à Resitejo a Câmara tem chamado à atenção das diversas situações, pois há dois a quatro pontos onde os ecopontos estão muitas vezes cheios assim como a sua volta; -

- Informou que já se iniciou um processo de duplicação dos ecopontos. Em alguns sítios já foram colocados, e em reunião com os Presidentes de Junta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foram indicados novos locais. Tem esperança que duplicando os ecopontos se resolva esta situação; -----

Quanto ao cheiro da Suinicultura informou que tem feito todos os possíveis para que a situação se altere e informou que a Suinicultura já tem sido alvo de diversas inspecções e que aos olhos da legislação actual é extremamente cumpridora das regras daquela actividade, inclusivamente conseguiu primeiro a licença ambiental do que a licença de utilização da Câmara Municipal, daí a Câmara não ter conseguido obter algum motivo para dar a volta à situação. Informou que também há por vezes cheiros provindos das culturas dos campos da Carregueira, que se pensa ser da suinicultura, pois em linha recta está próximo de Vila Nova da Barquinha e tendo estado presente no local pode comprovar que eram feitas descargas nos campos com resíduos da Renova e da ETAR; -----

Informou que houve uma reunião com o proprietário e com o projectista da Suinicultura que mostra toda a boa vontade na resolução do problema e que estando perto de eucaliptos quando há o corte dos mesmos o cheiro torna-se mais intenso, tendo o proprietário comprometido de ao fazer o corte dos eucaliptos deixar uma cortina arbórea para que não se torne tão intenso o cheiro; -----

- Relativamente às valas abertas nas Limeiras e colocação de terras no Campo de futebol mencionou que não tem informação sobre o assunto mas que anota a intervenção; -----

- Em relação às acções que estão a ser executadas pela REN nas áreas onde passam linhas de alta tensão mencionou que a Câmara é obrigada por lei, e para o qual temos uma técnica no Gabinete Florestal, na execução do Plano Anual de Defesa Contra Incêndios e Floresta. Nesse âmbito define-se um determinado conjunto de riscos e tal como a lei obriga, foram notificados algumas empresas como as Estradas de Portugal, a Refer, a REN, EDP, o que nalguns casos têm cumprido. Mencionou o que aconteceu por parte da REN foram intervenções onde o Plano Municipal não indicava a necessidade de intervenção, a utilização de máquinas de rasto que levaram à retirada de toda as árvores, sendo carvalhos ou sobreiros, que não tinham qualquer problema estarem por baixo de uma linha de alta tensão e ao levantamento de marcos. Informou que a REN foi notificada e os trabalhos foram suspensos de imediato

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e esperando agora uma explicação por parte da REN; -----
Relativamente ao estacionamento proibido na Largo Infante Santo trata-se de uma situação provisória e deve-se ao facto de o acesso à Chã pela EN3, entrada principal, estar cortado derivado aos trabalhos que estão a ser efectuados e pela solicitação dos Bombeiros poderem ter melhor acesso para a Chã, sempre que o necessitem de fazer; -----

- Quanto à situação da Refer, a cedência da estação, explicou que anteriormente foi feito um acordo que diz respeito as casas da guarda onde estão duas associações, Côa e Cicloturismo e que neste momento foram feitas sugestões de alteração relativamente ao protocolo, para o Edifício Principal. O perigo de fecho da estação informou que não existe, uma vez que se está a falar nas áreas não ocupadas e havendo uma série de associações a solicitar sedes, como o Clube das vespas, Cáritas, entre outras. Por último referiu que são dois protocolos distintos, um para a Casa da Guarda e outro para o Edifício Principal. As associações não pagam nada à Câmara, pois o que está bom nos edifícios é a frontaria, pois necessitam de muitos arranjos no interior que será da responsabilidade das Associações; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** interrogou se haverá nova abertura de inscrições para intervir no período antes da Ordem do Dia, gostaria de se inscrever; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que está encerrado o ponto e que estão feitos os esclarecimentos; -----

- **Sendo assim, foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções:** -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** em relação à notícia do Galaxy Park esclareceu que se tratava do Centro Comercial e não do Galaxy Park; ----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** usou da palavra para fazer um protesto em relação ao facto do Senhor Presidente da Assembleia ter aberto o período de inscrições, quando não está previsto no regimento qualquer direito de resposta ou novo pedido de esclarecimento, poderá haver novas intervenções, daí solicitar que se abra novos períodos de inscrições para intervenção, pois todos têm direito a interferir no que se está a tratar e não só aqueles que se inscreveram; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor **Presidente da Assembleia** solicitou ao Senhor Deputado que estivesse com atenção a quando a abertura das inscrições, pois foram feitas e distribuídas a seu tempo, não tendo culpa do Senhor Deputado não ter escutado; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** em relação a questão de receber o material da ordem de trabalhos solicitou esclarecimentos se é possível apresentar propostas à mesa da Assembleia por mail e se estas são consideradas válidas ou se é necessário entregar em papel; -----

Por último referiu que neste início de mandato é bom que se consiga encontrar entendimento para que todos trabalhem em conjunto e congratula-se pelos elogios que o executivo camarário já recebeu pela forma como se está a organizar; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** em relação ao regimento e a possibilidade de ser reformulado solicitou que a metodologia a utilizar na fase dos trabalhos fosse clarificada; -----

**--- Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa propôs aos Senhores Deputados um intervalo, o que fez pelo período de 5 minutos. -----
Retomou-se o Ponto número Onze da Ordem de Trabalhos. -----**

----- Ponto Onze – Eleição da Comissão Permanente, de acordo com a alínea h), do número 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Após a apresentação das propostas dos partidos políticos, PS, PSD e CDU (**vide anexo 16**) para a Comissão Permanente o Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a referida Comissão fica constituída por Ricardo Manuel Ramalhete Honório, Adriano da Fonseca Figueiredo, José Maria Chambel Esteves, do PS, Eduardo Gil de Oliveira, António da Silva Pereira do PSD e Carlos Timóteo da CDU e o Senhor Presidente da Assembleia por inerência do cargo; -----

-----Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Para não se prolongar a sessão passou-se ao ponto número doze da Ordem de Trabalhos enquanto os representantes de cada partido elaboravam a proposta para o Ponto dez da Ordem de Trabalhos; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ponto doze – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.** ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 17)** -----

= O Senhor Deputado **Walter Caldeira** colocou as seguintes questões: -----

- Se o Centro Escolar da Praia do Ribatejo, neste momento Agrupamento, se irá constituir como Centro Escolar; -----

- Se os custos de acesso em relação a apresentação da firma Clasus, da escola virtual, são a câmara que vai suportar, através de algum protocolo ou são os docentes; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** solicitou os seguintes esclarecimentos: -----

- Acerca do Protocolo assinado com a empresa Águas do Centro; -----

- A que se deve os atrasos nas obras; -----

- Informações acerca das refeições; -----

- O que se passa com os processos judiciais nºs 568/05 e com o CO/1857/08;

- Como está a utilização dos empréstimos do Município; -----

- O que se passa em relação ao Prohabita que reduziu – se a verba que estava prevista e não há receitas; -----

- A que se deve a alteração dos custos do relvado que passou de 135 mil para 213 mil e 500 euros assim como o valor da dívida da Município em relação ao mesmo e questionou a que se deve a alteração do orçamento inicial de treze mil e trezentos milhões de euros, para quinze mil e quinhentos milhões de euros; -----

- E por último solicitou esclarecimentos sobre o parecer do auditor externo que na sua opinião é uma pobreza; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** questionou a que se deve os atrasos e os motivos da empreitada atribuída à empresa JAOP; -----

- Solicitou cópia do protocolo entre as Águas do Centro e o Município de Vila Nova da Barquinha; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Lamentou que o Casal das Ferreiras não tenha sido contemplado nas obras de adjudicação de empreitada; -----

- Referiu o aumento de número de casos de crianças beneficiárias de acção social, cerca de 40%; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** como primeira vez presente na Sessão da Assembleia Municipal saudou todos os elementos; -----

Relativamente à acção social referiu que os números são chocantes, como é que no concelho de Vila Nova da Barquinha há tantas crianças a carecer de acção social escolar. Mencionou que algo de anormal se passa, que merecia uma grande reflexão. Salientou que no 1º ciclo da Barquinha 40,35%, na Praia do Ribatejo 72%, refeições do 1º ciclo 62%, no Jardim de Infância foram mantidos os valores do ano lectivo, o que parece que o nosso concelho está a empobrecer; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** solicitou esclarecimentos sobre o protocolo entre a Câmara e a empresa Águas do Centro. Salientou que faz votos que neste mandato que as obras anunciadas sejam concluídas e se está previsto a remodelação nos tubos de água que contem amianto. Por ultimo questionou para quando o arranque das obras na Escola D. Maria II, uma vez que já está adjudicada a obra; -----

= O Senhor Deputado **José Chambel** referiu que no seu entender, o Senhor Presidente da Câmara já deu provas que não é daqueles de experimentar a profundidade do rio com os dois pés, sabe aplicar o dinheiro, e que as obras estão à vista. Salientou que um Presidente quer sempre o melhor para o seu concelho, que o dinheiro não chega para tudo; -----

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que continue com os olhos nas estrelas e com os pés na terra e deixe que a história o julgue; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** salientou que na informação escrita contempla aposta na educação, quer através do Centro Integrado de Ciências, quer através da Educação Ambiental nas mais diversas vertentes e complementando essa vertente da educação com o forte apoio na acção social. Referiu as intervenções dos Senhores Deputados do PSD em relação à acção social; -----

- Quanto às obras previstas com as Águas do Centro referiu que muitos afluentes vão passar a estar tratados deixando de estar a céu aberto e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questionou quais são os que ficam por tratar; -----

= A Senhora Deputada **Rita Inácio** louvou o projecto recicla e compostagem no Barquinha Parque que vai numa vertente da sustentabilidade que é um dos futuros; -----

- Sugeriu que a sensibilização através de teatro, deveria ser dada a explicação do que é em kit de compostagem para incentivar o investimento privado; -----

- Em relação ao projecto biblioteca em movimento e ao plano nacional de leitura, que está associado a um movimento internacional, propôs que se pudessem criar baús de leitura, como trazendo um livro de Lisboa e coloca-lo num baú em Vila Nova da Barquinha, e sugeriu também que esses baús de leitura fossem colocados nas associações do concelho; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** na sua intervenção falou da intervenção do Senhor Deputado Paulo Constantino que passou 80% da sua intervenção a criticar algo que os elementos da bancada do PSD tinham referido, o que leva a que nas próximas inscrições para intervir fiquem de reserva e inscrevendo-se em último para poderem comentar as outras intervenções. Mencionou que não fizeram nenhuma proposta na área social e sugeriu que o regimento fosse bem explícito nestes casos; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que dirigiu-se a todos porque quem fez as propostas foi a CDU e agradece que respeitem as suas inscrições / intervenções como respeita a de todos os outros; -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Relativamente ao Centro Escolar da Praia do Ribatejo informou que a Carta educativa prevê uma escola básica integrada, com o aproveitamento das instalações da actual EB 2,3, do qual já há um projecto de adaptação do edifício e do qual se vai confrontar o Ministério da Educação. Para efeitos Comunitários a Câmara necessita do parecer do GEP, do Ministério da Educação na área do planeamento e que em meados de 2010 saber-se-á qual a resolução; -----

- Quanto à escola virtual referiu que o acordo a quando a aquisição dos interactivos incluía a assinatura do projecto. Anunciou que todas as escolas do 1º ciclo do concelho têm quadros interactivos; -----

- Quanto às Águas do Centro referiu que é a concretização de uma ambição

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não dependia da Câmara e por motivos estranhos não se deu a integração dos quatro municípios, só se deu agora pelo facto de só agora às Águas do Centro formalizarem junto da Comunidade Europeia a candidatura formal de fundo de coesão. Ficou estabelecido que durante o ano de 2010 ficavam definidos os consumos mínimos quer no saneamento quer na água; -----

- Relativamente ao processo judicial nº 568/05 trata-se de uma impugnação que tem a ver que a adesão à Águas do Centro que desde 2004 está dependente um processo, que é imputável para a Câmara e que não se pode realizar obras cujo planeamento será através do fundo de coesão e da integração do sistema Multimunicipal e onde também há a Inspeção Geral do Ambiente que decidiu visitar com regularidade, daí desde 2004 haver inúmeros incumprimentos, nomeadamente nos esgotos na Praia do Ribatejo, na estação elevatória de Vila Nova da Barquinha. Em relação ao processo judicial nº CO/1857/08 mencionou que está dependente o pedido de indemnização em que para além do Município o Senhor Presidente também se encontra na acção; -----

- Em relação ao Prohabita está previsto em orçamento os 220 mil euros, o processo só poderia andar com a licença de utilização dos edificios confinantes com a Câmara, das quais foram emitidas e por parte do IHRU só em 2010 é que haverá transferência de verba de 50% a fundo perdido, cerca de 105 mil euros e outros 105 mil euros são através de empréstimo bonificado feito pelo próprio instituto. Informou que terá de se tratar de todo o procedimento e ir à Assembleia Municipal de Fevereiro e só em Março estar o processo concretizado; -----

- Em relação ao relvado salientou que não houve alteração de orçamento, pois são duas empreitadas, o relvado e os balneários e bancada cuja adjudicação teve o valor de 400 mil euros, o que poderá ter acontecido é que em alguma alteração orçamental não estar o valor total. Quanto à dívida é assunto que já tinha informado que iria ter um aumento, considerando o conjunto de investimentos a realizar. Informou que tem preferência que seja uma dívida consolidada a médio longo prazo mas infelizmente dos seis empréstimos que a Assembleia autorizou a Câmara a contratar não foi executada nenhuma verba. É intenção da Câmara de não exceder a capacidade de endividamento. Salientou que o Ministério das finanças tem tido como política para as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmaras que tenham capacidade de endividamento e mesmo que estejam perante fundos comunitários, só autorizando que se exceda se não houver capacidade de endividamento, o que quer dizer que dentro de 2 a 3 anos as Câmaras do país estarão limitadas, por via do endividamento com a sua capacidade máxima esgotada; -----

- Mencionou que durante o mês de Maio a Câmara conseguiu um protocolo para uma nova escola secundária, que não estava previsto no orçamento, que era perspectiva solicitar durante o ano de 2009 a consignação da obra e o visto ao Tribunal de Contas. De igual modo, informou que as obras começam no dia 18 de Dezembro para aproveitar as 2 semanas de férias de Natal, para que a grande parte da demolição seja feita nesse período; -----

- Quanto ao atraso da obra da ex EN3 informou que se deveu ao facto de que no consórcio Jaop/João Salvador a empresa João Salvador se encontrar em processo de insolvência, estando neste momentos a obra numa fase de boa execução; -----

- Em relação ao Casal das Ferreiras referiu que não só estes como muitos outros que não estão inseridos nas empreitadas; -----

- Relativamente à Acção Social mencionou que não houve um empobrecimento repentino da população, o que se passou e por via da Administração Central é que foram alterados os critérios relativamente à atribuição da Acção Social Escolar, pois foram indexados aos vários escalões do abono de família, daí o universo de agregados familiares que passaram a ser susceptíveis de beneficiar aumentou. Salientou que em sede de orçamento estas são despesas correntes. Mencionou que em reunião tida com a Tagusgás nos informaram que de todos os concelhos onde intervêm, Vila nova da Barquinha é o segundo concelho a gastar mais gás natural; -----

- Em relação ao preço da água informou que às Águas do Centro não tem uma intervenção directa. No fornecimento da água passamos a ter um intermediário ao qual se paga mais cerca de 0,07 ou 0,08 €, o que irá justificar o que se vai fazer narede em alta. É o terceiro ano em que a Câmara não mexe no tarifário da água. Em relação à rede em baixa não está prevista alguma alteração. A Câmara continua a ser a gestora da rede em baixa, e tem feito um esforço muito grande na sua remodelação e na qual já não tem grande significado os troços em amianto. Na freguesia da Praia do Ribatejo, com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

excepção a sul da linha já está substituída a 100%, em Tancos, Vila Nova da Barquinha, Moita do Norte e Atalaia, a nível das adutoras já se encontram praticamente feitas, havendo a ligação da Moita do Norte à Atalaia em amianto, a qual irá ser substituída no investimento das Águas do Centro. Mencionou que sempre que tem havido intervenções no sub-solo, apesar dos custos dispararem completamente, tem havido substituição na rede de águas, como se fez na EN3; -----

- Agradece as palavras simpáticas do Senhor Chambel; -----

- Relativamente à questão do Senhor Deputado Paulo Constantino informou que os afluentes por tratar são da rede em baixa, que uma vez resolvida a situação com as estações elevatórias, Tancos, Praia do Ribatejo, Barquinha, Moita do Norte e Atalaia ficam a funcionar em pleno. Fica por resolver a situação dos casais dos Vitais na Atalaia que poderá ficar resolvida com a estação elevatória da zona industrial, ficando por resolver as Madeiras e Limeiras. Mencionou que o investimento em alta é baixo, pois uma Etar compacta para as Limeiras é um investimento de 40 mil euros, mas fazer 6 Km de tubo é que o torna dispendioso; -----

- Registou o elogio que foi feito ao projecto recicla e anotou a sugestão da Senhora Deputada Ana Rita Inácio relativamente aos baús de leitura e à Biblioteca em movimento a qual irá ser analisada a eventualidade da sua execução; -----

Retomou-se o Ponto número Dez da Ordem de Trabalhos. -----

----- Ponto Dez – Eleição de quatro representantes para a Comissão de Protecção de crianças e Jovens – alínea I), do artigo 17º, da Lei 147/99, de 1 de Setembro; -----

- Proposta dos representantes de cada partido político, PS, PSD e CDU (**vide anexo 18**) para a Comissão Protecção de Crianças e Jovens - os senhores munícipes Hélder Jesus Brito da Silva, João Manuel Alves Gralha, Valter Augusto Peres Caldeira e Hélia Maria dos Santos Nunes Prates Bento; -----

Feita a votação secreta apuraram-se os seguintes resultados: -----

- Inscritos: 20

- Votantes: 20

Concluído o processo de votação foi eleita os seguintes Munícipes: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

	A Favor	Contra
Hélder Jesus Brito da Silva	19	1
João Manuel Alves Gralha	20	0
Valter Augusto Peres Caldeira	20	0
Hélia Maria Santos Prates Bento	19	1

-----**Este ponto foi aprovado em minuta e por unanimidade nos termos do nº3, do artigo 92º da Lei 169/99, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;** -----

----- **Ponto Treze – Aprovação dos Regulamentos Municipais – Tabela de Taxas e Licenças; Regulamento Municipal de Actividades Diversas; Regulamento Municipal de Publicidade e Propaganda; Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;** -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

- Referiu que este ponto na Ordem de Trabalhos tem a ver como o Decreto-lei de 29 de Dezembro de 2006 e de 31 Dezembro 2008 que obriga a que os regulamentos municipais e as taxas devam ser elaboradas com o imperativo legal, aplicando a pena de nulidade caso esta apreciação e estudo não fossem feita até ao início de Janeiro. Mencionou que houve um estudo interno e um estudo através do Centro Estudos para o Desenvolvimento Regional – Cedrel que realizaram os estudos económicos e financeiros com fundamentação, que apontavam para valores mais altos do que as taxas que a Câmara propõem e as que estão em vigor. Foi considerado que o fundamental neste documento era cumprir o formalismo legal e com base no contexto internacional, nacional e local, não seria adequado estar a elevar os valores das taxas em valores superiores de 50% como chegava a acontecer, daí que alguns aumentaram outros mantiveram-se. Mencionou que qualquer actualização extraordinária às presentes tabelas de taxas, ocorreria apenas após a elaboração de novos estudos; -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** mencionou que está contra a opção, pois o estudo indica que devem ser feitos aumentos progressivos até aos 50%, apesar da posição assumida pelo Senhor Presidente ter tranquilizado os senhores Deputados. Mencionou que na página 18 há parágrafos que se repetem na página 22 para justificar as mesmas coisas referindo que não é só uma opção técnica mas sim também política, não é considerado o contexto socio-económico e que os portugueses já pagam os seus impostos e não tem de voltar a pagar por causa deste mecanismo. Questionou quem solicitou, e o custo deste estudo e referiu que decidiu ir à página da Cedrel e pareceu-lhe um pouco abandonado, pois encontra-se mencionado que foram recentemente ultimados ou estão em cursos trabalhos sobre a viabilidade de abertura da ex base aérea de Tancos à viação civil e viabilidade da Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha. Relativamente ao regulamento de publicidade e propaganda questionou o facto de os chapéus-de-sol, num espaço público com propaganda a divulgar marcas, só se pagar o espaço de ocupação de via e não a publicidade, referindo que os interesses dos municípios devem ser acautelados; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que o estudo não tem justificação porque partia de valores que nunca tinham sido praticados no concelho, ou seja baseava-se na previsão do orçamento. Mencionou que concorda com a intervenção do senhor Carlos Timóteo em relação ao assunto, é sinal que também estuda os problemas. Salientou o facto de ter sido feito um estudo paralelo ao do Cedrel, por um funcionário da Câmara o que mostra que certamente era o necessário. Questionou o valor de algumas coisas como o custo de uma sepultura perpétua ser de 1.385, € e o averbamento da transmissão ser de 346, €, que não coincidem, assim como a licença especial do ruído ser de 7,45€ por dia. Relativamente ao regulamento de Urbanização e Edificação mencionou algumas contradições, omissões; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** informou o Senhor Deputado que também é da opinião que os documentos não estão em condições, que tem de ser revistas mas que veio a Assembleia Municipal neste estado pelo facto de se cumprir o calendário se não a Câmara corria o risco de chegar a Janeiro e não poder cobrar taxas. Prometeu que juntamente com a Comissão Permanente rever todos os regulamentos e fazer melhorias; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta:** -----

- Informou que tem a noção que os documentos não estão bem e tem de ser melhorados. Mencionou que a sua opinião diverge com a intervenção do Senhor Timóteo e que defende a questão do utilizador – pagador porque se não for assim a classe média é que passará a ter todos os custos. Referiu que o contexto socio-económico foi considerado na medida em que a Câmara não enveredou pelas actualizações e em relação ao estudo do Cedrel mencionou que este foi contratado por ajuste directo do qual custeou cerca de 4 mil euros, e foi elaborado por trabalhadores da ex CCDR juntamente com Dr. Montalvo; -----

- Em relação a taxar a publicidade referiu que os limites são a imaginação, dando o exemplo que se andar uma pessoa com uma t-shirt com uma marca também tem de se taxar e assim conseguia-se várias formas de taxar; -----

- Quanto à premissa falsa do estudo mencionou que o estudo da Câmara Municipal tentou responder pois a premissa parte do orçamentado com base no investido; -----

Tomando novamente a palavra os senhores Deputados interviram para informar o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que se o Gabinete é recrutado é lamentável que apresente um estudo destes, pois podia ser feito com mais rigor e mais exigência para ser feito como deve ser; -----

- Em relação à publicidade salientou que a Câmara não tem receitas como outros municípios e quem explora as esplanadas deveria pagar a publicidade nela feita assim como pagam os comerciantes por uma placa; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que a primeira vista é muito fácil pois para se cobrar a publicidade à marca, eles deixam de colocar os chapéus e outros sem custos aos proprietários das esplanadas; -----

----- **Tendo sido colocada à votação a aprovação dos Regulamentos Municipais – Tabela de Taxas e Licenças; Regulamento Municipal de Actividades Diversas; Regulamento Municipal de Publicidade e Propaganda; Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, este foi aprovado por maioria com 2 votos contra da CDU dos Deputados Carlos Timóteo e Maria José Martinho, 4 abstenções do PSD dos Deputados**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eduardo de Oliveira, António Pereira, Valter Caldeira e Paulo Tavares e 14 votos a favor do PS dos Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso. -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Catorze – Autorização para Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia; -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

- Informou que tem uma relação directa com o orçamento, em todos os mandatos se tem feito protocolos de delegação e competências, cujo objectivo neste mandato é aprofundar. Mencionou que com 31 dias de mandato, já se aprovou um conjunto relevante de documentação e cujo objectivo é começar o mandato com delegação de competências. Salientou que a primeira é geral para todas as Juntas de Freguesia que diz respeito as áreas de limpeza urbana, limpeza e manutenção de espaços verdes, limpeza de recintos escolares e colaboração na cobrança dos recibos de água, cujo valor tinha sido aprovado à dois anos e que continua. Quanto à Junta de Vila Nova da Barquinha e Atalaia têm uma delegação de competências válida pelos 4 anos, até 2013, na área do pessoal, que para a Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha consiste na manutenção do Parque, trabalhos de limpeza no fim de semana, limpeza do canal e casas de banho e para a Junta de Freguesia da Atalaia trata-se da gestão do campo de futebol da Atalaia. Delegação de Competência por um período de 1 ano trata-se da Junta de Freguesia de Moita do Norte, relativamente à execução de projectos como o Jardim da Nora, na Junta de Tancos relativamente a adaptação da antiga escola primária para posto de convívio e centro de acolhimento e o alargamento do cemitério, na Junta da Praia do Ribatejo tem a ver com a remodelação do Campo Mini Golfe. Salientou que estes protocolos não impedem a realização de outros e é intenção de ao longo do mandato se vir a aprofundar esta metodologia; -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** na sua intervenção referiu que é favorável à existência de protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia e concorda plenamente com a primeira delegação de competência, em relação à segunda competência tem algumas dificuldades em que a transição de projectos possa transitar para as Juntas de Freguesia e questionou se não tem a Câmara maiores possibilidades de executar os projectos do que a Junta de Freguesia. Em relação às verbas salientou o facto de a um mês do final do ano, haver Juntas de Freguesia com verbas de 2009 por receber. Referiu que há anos a transferência da competência do barco para a Junta de Freguesia de Tancos foi uma mais valia mas actualmente a transferência do campo de futebol da Atalaia para a Junta de Freguesia da Atalaia não sabe se será assim. Em relação ao regulamento interno aprovado em Assembleia Municipal questionou do que se tratava uma vez que não tinha conhecimento, de que co-financiamento se trata. Solicitou esclarecimentos acerca do protocolo com a UDA. Por último, referiu que não vota contra mas abstêm-se pois não é a favor dos conteúdos dos protocolos; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** referiu que em parte concorda com a delegação de competências para as Juntas de Freguesia, porque por vezes as Juntas gerem melhor determinadas situações, nomeadamente a limpeza, mas alertou para que quando a Câmara faz a transferência de competências devia supervisionar, pois alguns espaços passam tempos sem serem limpos; -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Informou que a Câmara está concentrada nos grandes projectos e facilmente as pequenas intervenções acabam por escapar um pouco ao que é a actividade da própria Câmara e é mais fácil muitas vezes os trabalhos serem conduzidos pela Junta de Freguesia tanto na execução como na sua concensualização; ----

- Quanto ao saldo das Juntas referiu que a Câmara vai pagar durante o mês de Dezembro a todas as Juntas o que equivale ao segundo semestre e um valor em dívida de 5 mil euros à Junta de Freguesia de Moita do Norte relativamente a um investimento; -----

- Quanto ao Campo de Jogos da Atalaia informou que é uma infra-estrutura que ainda não foi entregue à Câmara, o regulamento ainda é um projecto; ----

- Em relação à sua gestão mencionou que se conseguir gerir bem e com menos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peessoas melhor e que a proximidade da Junta de Freguesia da Atalaia ao equipamento, o mesmo tem muito a ganhar porque é um equipamento que funciona fora de horas o que para gestão se torna complicado. Explicou que a Junta de Freguesia da Atalaia faz a gestão corrente do equipamento, a Câmara Municipal faz a gestão desportiva. Mencionou que a União Desportiva Atalaiense é o clube no concelho que tem a prática desportiva federada, tem tradição e que enquanto assim for tem o privilégio de utilização da infraestrutura, o que o regulamento e o protocolo tem de definir é que se o clube deixa de ter a prática desportiva deixa de ter o poder de uso do equipamento. -
- Relativamente à falta de limpeza informou que todos os recursos são poucos e o investimento é muito grande o que vai ter de ser adiado uma ambição da Câmara. Mencionou que tendo em conta o conjunto de leasing que a Câmara vai executar vai haver uma descida das rendas a pagar a partir de Janeiro de 2011 e tendo em conta a margem dos leasings que se vai deixar de pagar prevê-se a aquisição de uma viatura de limpeza urbana; -----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados o Senhor Presidente da Assembleia procedeu à votação: -----

----- Tendo sido colocada à votação a Autorização para Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, este foi aprovado por maioria com 4 abstenções dos Senhores Deputados Municipais António Pereira, Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira e Paulo Tavares do PSD e 16 votos a favor dos Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS e Carlos Timóteo e Maria José Martinho da CDU. -----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia neste momento propôs que os trabalhos fossem suspensos por volta das 19h30m e fossem retomados depois do jantar, os Senhores Deputados acharam por bem fazer tudo seguido uma vez que alguns tinham compromissos; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto Quinze – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados o **Ponto 15, 16, 17 e 18 em simultâneo: -----**

- Relativamente à fixação das taxas informou que a deliberação foi de manter os valores do ano passado onde houve uma descida dos impostos municipal sobre imóveis. Quanto aos prédios que não estão avaliados sobre o IMI mantêm-se os 0,7%, são valores cuja base onde incide o imposto são baixos e num caso ou outro excepcionais podem accionar a passagem para prédios analisados com base no novo código. Quanto aos prédios avaliados segundo o novo código de imposto municipal de imóveis mantêm-se 0,35%, dado que já no ano passado desceu de 0,4% para 0,35%; -----

- Quanto à majoração referiu que é meramente simbólico, não deriva receitas com significado, é apenas considerar que as áreas foram vistoriadas estão identificadas e que o poder público e a Câmara Municipal possam manifestar acerca de quem tem prédios degradados, nada fazem e não respondem às vistorias e notificações feitas pela Câmara; -----

- Por último em relação ao IRS referiu que o que a Câmara tinha previsto era o que se ia ganhando através da Derrama que se pudesse repartir por todos os trabalhadores, já que o IRS é um imposto sobre os trabalhadores, como se deixa de ter a derrama deixa-se de fazer a descida do IRS, sendo assim abdicaram dos 0,5%, 10% do que e a quota disponível da receita, fixando em 4,5%; -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** relativamente ao ponto 15 mencionou que o Senhor Presidente está a propor as mesmas taxas do ano anterior e votará contra considerando que a taxa 0,5% deveria ter uma diminuição. Mencionou o aumento do valor da receita proveniente do IMI, de 2008 para 2009 foi de 12,5%, para o ano 2010 prevê-se receita de 350 mil e que no ano de 2009 a receita foi de 347.694,18€; -----

= O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** em relação ao IMI os valores apresentados são razoáveis em função do que é a situação actual. Quanto à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

majoração a sua opinião também é favorável. Relativamente ao IRS não concorda com a discricionarietà que é permitida, que é dada aos autarcas de puderem libertar os munícipes de uma parte do IRS, pois se as autarquias precisam de financiamento é dos 95% com que a Administração Central se governa que devem reivindicar e não nos 5%, numa coisa que é sagrada, ou seja a tributação sobre os rendimentos do trabalho. Informou que este esclarecimento serve de declaração de voto sobre o IRS. Mencionou que por um lado liberta-se as empresas do pagamento mas em relação aos particulares vão ter sempre de continuar a pagar; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** em relação ao IMI referiu estava a espera que a proposta deste ano baixasse o valor máximo de 0,7% para os imóveis antigos e dos prédios novos que baixasse para 0,3%, salientado que está acima do valor médio; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** em relação à fixação das taxas do IMI, IRS e Derrama referiu que gosta de ler todos os números e ver todas as variações e o que constatou foi que a Sisa tem um aumento extraordinário de 57 mil euros, o Imposto Municipal sobre Imóveis teve um aumento de 11 mil euros o Imposto Municipal de transacções onerosas teve uma descida de 90 mil euros, ou seja há uma redução da receita que o Município tem disponível através destes impostos municipais num período de forte investimento. Mencionou que o aumento da Derrama não tem sido muito significativo, pois teve um decréscimo de 2008 para 2009 de cerca de 16 mil euros; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** na sua opinião mencionou que se poderia descer um pouco no imposto, porque a taxa entre 0,4% e 0,7% o Município está a aplicar a taxa máxima. A Câmara deveria descer o imposto pois tem muita influência nas economias familiares, pois para muitas delas custa pagar a factura das finanças e nos prédios novos são avaliados por valores muito próximos dos reais e com a quantidade de isenções que se verifica a receita tende a aumentar; -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Referiu que não foi por uma questão de economia que solicitou a discussão dos pontos em conjunto, porque tem uma ligação entre eles, há um efeito colateral quando se desce a receita, para além da receita que a Câmara deixa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de ter, há um impacto sobre a capacidade de endividamento que é determinada pelo conjunto do FEF mais a receita própria dos impostos municipais. Quando a Câmara se auto limita nos próprios impostos municipais estão a diminuir a capacidade de endividamento que numa fase de investimento seria mau. Referiu que o facto da receita ser em conjunto não quer dizer que seja muito, porque somando o IMI, o IMT e o Imposto dos Veículos se vai ver que a 19 de Novembro tinha-se recebido do IMT 90 mil euros ao contrário de anos anteriores que a receita era de 35 mil euros. Informou que não podemos ver as coisas no seu conjunto que apesar da subida da receita do IMI, não é o valor da subida da taxa mas sim o crescimento no final dos anos 90 com a construção de vivendas e que agora está a chegar ao fim das isenções. Em relação aos 0,7% referiu que os valores das matrizes comparados com os que tem de pagar com o novo código em 98% dos casos são valores baixos e seria uma injustiça estar a tratar do mesmo modo quem tem uma matriz antiga e quem tem uma matriz nova, e há apenas 2% a nível das avaliações comerciais onde os valores são altos, mas o município pagador de imposto tem sempre a possibilidade de requerer a avaliação com base no IMI e aí passa a ser avaliado por metade; -----

Tomando novamente a palavra os senhores Deputados questionaram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que concorda com o Senhor Presidente mas o que se está discutir não é a soma dos impostos, está-se a discutir o IMI e questionou qual a razão da SISA e o Imposto Municipal de Transmissões não é mais elevada, pois se houve grande actividade, construções, grandes vendas este valor seria elevado. Salientou que a Câmara deverá fazer um esforço para diminuir as despesas nomeadamente as correntes, pois 90% é com pessoal e a aquisição de material para os mesmos executarem o trabalho e em relação as obras no concelho mencionou que a Câmara tem de pensar se depois tem capacidade para os manter, se os investimentos são bons e se tem algum proveito ou se são investimentos que só trazem despesa e que a Câmara tem de ter imaginação para ter fontes de receita; -----

= A Senhora Deputada **Maria José Martinho** mencionou que no seu parecer uma parte importante das fontes de rendimento da Câmara tem a ver com as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propriedades e que há um interesse muito grande em atrair empresas e particulares e que sendo assim tem de se ter especial atenção à oferta escolar no concelho, para que não se corra o risco de não ser de qualidade pois caso contrário vendem as casa e procuram noutro concelho; -----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados o Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu à votação: -----

----- Tendo sido colocada à votação a Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), este foi aprovado por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados Municipais António Pereira, Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira e Paulo Tavares do PSD e 16 votos a favor dos Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS e Carlos Timóteo e Maria José Martinho da CDU. -----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Dezasseis – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados – artigo 112º, nº8 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

Foi dada a palavra as Senhores Deputados que interviram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** questionou o porque de não levar esta situação a todo o concelho, pois tratar-se de uma discriminação entre municípes das Freguesia de Tancos e Vila Nova da Barquinha, se a Câmara já analisou as causas, porque é que os proprietários não reabilitam as mesmas; -

= O Senhor Deputado **António Pereira** referiu que é da mesma opinião do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira e que não está em condições de votar a favor porque não tem conhecimento de que prédios se estão a tratar, pois são só identificados pelo número de contribuinte e pela matriz, não sabendo que prédios são nem quais são os critérios de degradação; -----

= O Senhor Deputado **Manuel Cardoso** esclareceu que os prédios degradados em Tancos são de famílias que não se entendem, não conseguem reconstruir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque tem hipotecas de vários anos e como a contribuição é pequena não resolvem o problema e sobretudo porque algumas são famílias carenciadas; ---

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados o Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu à votação: -----

----- Tendo sido colocada à votação a Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicara a prédios degradados, este foi aprovado por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados Municipais António Pereira, Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira e Paulo Tavares do PSD e 16 votos a favor dos Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS e Carlos Timóteo e Maria José Martinho da CDU. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Dezassete – Pedido de Autorização para Lançamento de derrama para o ano de 2010; -----

Ponto retirado da Ordem de trabalhos após explicação do Senhor Presidente da Câmara que mencionou que o ponto está na ordem de trabalhos, mas em discussão em reunião de Câmara consideraram que tendo em conta o contexto económico e os valores em causa, 2010 não se aplicaria a referida taxa; -----

Ponto Dezoito – Pedido de Autorização para fixação da Participação no IRS para o ano de 2010; -----

Foi dada a palavra as Senhores Deputados que interviram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** informou que vota favorável e referiu que a Câmara não teve perda de receita no ano de 2008 e 2009 e nem os Municípios tiveram vantagens e questionou se em 2010 virá vantagens para o Município; -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Informou que em relação à discriminação esta é negativa, é simbólica, sendo o máximo que a lei permite. Quanto às discriminações positivas, mencionou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que as pessoas que estão na zona de reabilitação podem vir a ter apoios que os outros não têm como as taxas mais baixas. Em relação aos prédios degradados no seu ponto de vista estar o nome das pessoas é uma situação vexatória não sendo uma situação adequada. Referiu que em 2009 a Câmara vai ter um decréscimo de 10% do valor a que tem direito em termos de IRS, pois em 2009 vem um valor diferente do que se não tivesse tomado a deliberação relativamente a 2008; -----

Tomando novamente a palavra o Senhor Deputado António Pereira referiu o seguinte: -----

Mencionou que não deseja que esteja mencionado o nome das pessoas, mas o nome da rua e o número podia estar mencionado; -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** deu razão ao Senhor Deputado, pois esta apresentação vem na sequência dos outros anos os quais tinham em anexo mapas com a localização; -----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados o Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu à votação: -----

----- **Tendo sido colocada à votação a Fixação da participação no IRS para o ano de 2010, este foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados Carlos Timóteo e Maria José Martinho da CDU, 3 abstenções dos Senhores Deputados Municipais António Pereira, Valter Caldeira, Paulo Tavares do PSD e 15 votos a favor dos Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS e Eduardo de Oliveira do PSD.** -----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Pelas 20 horas o Senhor Deputado Carlos Timóteo ausentou-se da sessão da Assembleia por motivos pessoais, com autorização do Senhor Presidente da Assembleia; -----

Ponto Dezanove – Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2010 – Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

- Relativamente à intervenção da Deputada Maria José quanto à educação no concelho referiu que dois terços do valor investimento do orçamento 2010 diz respeito à educação. Mencionou que quando a Câmara define prioridades e até ter expressão orçamental passam alguns anos da qual será em 2010, pelo facto de se estar a fazer um centro escolar, centro integrado de ciência cujo investimento é superior a 5 milhões de euros. De igual modo referiu o investimento global com equipamentos superiores a 4 milhões de euros na Escola Secundária. Lamentou uma gralha no documento onde faz referência a Cantanhede em vez de Vila Nova da Barquinha; -----

- Saliu outros projectos com relevância para o Orçamento como o Mercado das Artes que vai ter expressão em 2010 através da remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho, do Parque de Esculturas e recuperação de alguns imóveis da zona baixa; -----

- Em relação ao desporto mencionou o campo municipal que praticamente está concluído mas que em termos orçamentais não tem grande expressão em 2010, cujo empréstimos e fundos comunitários estão atrasados mas já foi feito um esforço do Município com o pagamento dos primeiros autos; -----

- Quanto ao Prohabita informou que se prevê ter execução em Março de 2010;

- Estradas e arruamentos referiu algumas em execução, outras não e salientou que espera em 2010 serem os arranjos da Estrada de Vale Seixo; ----

- Mencionou que tem esperança que em 2010 a Musealização do Castelo de Almourol e os Percursos Ribeirinhos tenham execução, projectos que em principio terão o financiamento do Nersant; -----

- Referiu os Protocolos com as Juntas de Freguesia do concelho cuja informação foi facultada no ponto 14; -----

- Por último mencionou que é o maior orçamento em termos globais pelos dois projectos na área de educação que se estão a concretizar sendo um que a Câmara só será intermediária e cujos projectos serão cerca de 10 milhões de euros; -----

Foi dada a palavra as Senhores Deputados que intervirem o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** comentou a maneira como os mapas são apresentados, pois teve muita dificuldade em entender os números porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

há um espaço muito grande entre estes e a designação, assim como a explicitação / notas que seguem o orçamento que são abstractas e incompletas. Nos projectos podia estar mencionado o número. Questionou a informação mencionada na página 10 “... o Município de Vila Nova da Barquinha entende que a sua situação económica financeira dá margem para executar o orçamento superior ao exercício anterior...”, que no seu entender deixa muito a desejar e não concorda. Ao mencionado na página 11 ...”o valor das receitas correntes é igual às despesas correntes...”, referiu que do ponto vista orçamental é exequível na prática, mas que gostava que os valores fossem diferentes; -----

- Colocou as seguintes questões: -----

- Quanto ao financiamento questionou qual o valor solicitado; -----

- Qual a razão de haver no Plano Plurianual de Investimentos valores exagerados, tais como na cultura, nos transportes rodoviários; -----

- A que se deve o mencionado na página 21 sobre transferências para outras administrações, operações da vida autárquica; -----

- Em relação ao Mercado das Artes, quais os equipamentos públicos inseridos neste projecto; -----

- Qual a razão do sector da água haver um lucro “bruto” de 100%, pois compra-se a água por 300 mil euros e vende-se por 650 mil euros; -----

= A Senhora Deputada **Maria José Martinho** a pedido do Senhor Deputado Timóteo, chamou a atenção para o facto de haver zero euros investidos para a protecção civil e se não será um mau principio contabilístico recorrerem a empréstimos de curto prazo para resolverem problemas de tesouraria; -----

- Em relação à Carta Educativa discutida a quatro anos mencionou uma intervenção do Senhor Presidente em que ou se apanhava o barco ou a Câmara ficava sem financiamento mas o que acontece é que a despesa com a educação já ronda os 42%, o que se prende é que ainda não houve financiamento prometido pela antiga Ministra da Educação, questionando se de futuro há um movimento para que sejam as Câmaras a suportar as despesas da educação no seu concelho, daí referir em anterior ponto que para se investir no concelho é necessário que haja uma escola de excelência, do qual deu o exemplo que em Londres já utiliza este modelo de ensino e que enfrentam muitas dificuldades em sustentá-las e a solução que arranjaram foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diminuir o número de professores e aumentar o número de alunos por turma. Deu exemplo que nos Estados Unidos onde as escolas públicas são sustentadas pelo dinheiro que prevêm do imposto sobre o imóvel o que quanto mais caro for a zona residencial mais dinheiro há para as escolas, o que chegava a acontecer é as pessoas compravam casas no limite para que o imposto não fosse muito caro. Em relação à Escola Secundária para seja um atractivo referiu que é necessário haver diversidades nas áreas de ensino, e não só saúde e humanidades e deveria haver continuação do ensino de adultos, o que está a ser feito por centros de ensino; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** que em relação ao Orçamento o Senhor Pereira já referiu, e quanto ao quadro de pessoal questionou se o número elevado de lugares a ocupar na área da Educação são transferências ou novos lugares, assim como outras admissões; -----

- Em relação ao pagamento da água esclareceu que esta chega à Câmara a 10, a autarquia multiplica por 4 e vende a 40 ou seja ganha 4 vezes mais, o resultado aparece com 50% de lucro porque 50% da água ou vai para regas ou é desperdiçada, do qual é um problema a resolver de futuro sendo que a Epal cobra tanta água. Em relação às taxas para quem tem uma casa fechada o consumo ser de 7 a 8 euros é uma exorbitância, quando em concelhos vizinhos não é cobrado este valor; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que as questões colocadas pelo Senhor António Pereira eram necessárias serem colocadas para conhecimento de todos. Na leitura feita ao Orçamento mencionou que achou muito interessante a introdução porque quando chega ao enquadramento geral são 3 folhas do programa do Governo Nacional, assim como dar margem para executar um orçamento superior. Questionou se as escolas são as obras estruturantes para o Concelho, quais são outros projectos importantes que a Câmara Municipal se candidatou e quais são as candidaturas a apresentar brevemente. Mencionou o facto de estar transcrito que as verbas de transferência do QREN são uma realidade em 2009 e se a tesouraria está com problemas financeiros para o facto de haver nova contratação de empréstimos a curto prazo; -----

- Relativamente ao mapa de pessoal questionou se é necessário dois juristas uma vez que está um posto ocupado e em 2010 está mais um a ser ocupado; -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Questionou qual a situação do Centro Náutico uma vez que não se vê grandes actividades no edifício e se a Câmara com tantos investimentos tem hipótese de retirar proveito dos mesmos e quais são os custos com a piscina; -
- Por último em relação ao Orçamento referiu que está empolado, seria bom que a Câmara tivesse oportunidades de o cumprir e que daqui a um ano gostaria de dizer que foi cumprido e que se mantivesse com qualidade tudo o que se faz; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** salientou que o orçamento 2010 anuncia o início da aplicação da estratégia para o concelho que sufragada e aprovada pelos munícipes e que será consubstanciada em termos de planos estratégico para o futuro do concelho. Mencionou que há duas linhas de força, uma em termos de melhoria do funcionamento e da organização da Câmara Municipal, que tem a ver com o momento presente e o momento imediato e outra com a questão do investimento e do futuro. Em termos do funcionamento e da organização passa por uma simplificação administrativa que é a modernização, que não são só páginas do Governo Central. Referiu o projecto Médio Tejo digital que pretende suportar sistemas de informação de gestão e melhoria da engenharia de processos que será transformada em processos desmaterializados em balcões únicos dos municípios, isto é medidas que os municípios estão a pagar na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que estão a investir e pretendem melhorar a sua eficiência e criar poupanças para a Administração Central, para a Administração Local e para os próprios contribuintes e munícipes. Referiu que a descentralização e a transferência de verbas a nível social e da educação se forem melhor empregues a nível local em maior proximidade com os munícipes também se podem traduzir em melhor eficiência e melhores poupanças. Em relação ao investimento salientou quem há apostas fundamentais, a nível da educação, o Centro Escolar, Centro Integrado de educação e Ciência, a requalificação da Escola Secundária, a Pré-Primária, a nível do emprego e turismo, o Mercado das Artes, o parque Almourol, a nível do Desporto, o complexo desportivo; -----

- Por último referiu que é um orçamento que anuncia uma nova época da qual não se põe em causa a estratégia que foi aceite pelos munícipes e é defendida pelo Partido Socialista que fará tudo para conseguir concretiza-la em termos de Orçamento e de Execução; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Inocência Cruz** informou que não vai debater números pois fazem-lhe uma certa aflição. Deu os parabéns a Câmara Municipal porque todas as propostas que vieram a Assembleia Municipal foram aprovadas pela Câmara Municipal por unanimidade, do qual não houve abstenção nem voto contra, ao contrário de anteriores mandatos; -----

- Mencionou a intervenção do Senhor Eduardo de Oliveira e referiu que se tem de ler as coisas no seu contexto relativamente ao contexto sócio económico; ---

- Salientou que a Câmara Municipal no seu anterior mandato direccionou-se para determinados números de objectivos, requalificação urbana, investimento empresarial e sobretudo no social, o que era difícil que neste orçamento para 2010 não viesse a acontecer sob pena de ou se deitaria tudo para o lixo ou se começaria tudo de novo e segundo informação do Senhor Presidente da Câmara no ano passado o investimento nos próximos tempos não iria ser o mesmo. Referiu que o que se vai tirar do Orçamento e do Plano de Actividades tendo em conta os 4 anos anteriores aquilo que se quer apostar é no social, na educação. Quanto à vertente cultural do parque ribeirinho referiu que os investimentos têm de ter retorno mesmo que não seja financeiro e há que explorar os investimentos. Em relação ao Parque Empresarial referiu que este sofreu algumas alterações e que tem dúvidas que o concelho tenha muita capacidade com este tipo de economia global avançar a grandes passos; -----

- No seu entender o projecto que a Câmara tem para 2010 não podia ser diferente; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** questionou o senhor presidente da Assembleia se os Senhores Deputados do PS vão continuar a intervir mediante as intervenções dos Senhores Deputados da sua bancada, pois as questões são colocadas ao Senhor Presidente da Câmara; -----

= O Senhor Deputado **Inocência Cruz** tomou a palavra para informar o Senhor Deputado Paulo Tavares que ao longo do seu percurso na Assembleia Municipal sempre falou pelas suas convicções e não pelo o que os outros dizem e que quando não está de acordo com o trabalho do executivo, também o diz, do qual podem comprovar os senhores deputados dos outros partidos. Solicitou ao Senhor Deputado Paulo Tavares que não pode afirmar o que disse, pois pode comprovar em anterior mandato a sua maneira de intervir. Por último referiu que não falou das intervenções dos senhores deputados

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

simplesmente fez uma abordagem ao orçamento; -----

Pelas 20 horas e quarenta minutos o Senhor Deputado Paulo Constantino ausentou-se da sessão da Assembleia por motivos pessoais, com autorização do Senhor Presidente; -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou da palavra para esclarecer os Senhores Deputados das suas intervenções: -----

- Referiu a solenidade que a Assembleia torna as coisas politiqueras, no sentido em que na Câmara os documentos são aprovados por unanimidade e na Assembleia dá tanta discussão e que tem sérias dúvidas que se muitos deputados estivessem na Câmara não votariam a favor; -----

- Salientou que acredita que se alguns tivessem a responsabilidade propusessem que a água fosse mais barata, o IMI estivesse pelos mínimos e que a Câmara abdicasse dos 100% do IRS, mas quando se está a tratar os assuntos a realidade é outra; -----

- Quanto ao lucro da água referiu que se um munícipe tivesse de pagar o custo da água custaria entre os 6 a 7 euros, do qual era incluído o fornecedor, os custos de pessoal e a rede em alta, daí não se poder falar em lucro; -----

- Relativamente aos 3 milhões de euros referidos pelo Senhor Deputado António Pereira informou que dizem respeito a empréstimos aprovados em Abril na Assembleia Municipal, mas que não se encontra ainda em execução; -

- Os valores exagerados na cultura têm a ver com o projecto Mercado das Artes, divulgada na revista municipal, cujo projecto visa uma esquematização da zona baixa de Vila Nova da Barquinha em torno de uma especialização cultural em que o elemento de referencia é a escultura pública e a escultura ao ar livre. É um projecto a desenvolver através da Fundação EDP e à volta deste projecto vai haver a recuperação de alguns imóveis, como o edificio antigo da Câmara Municipal, onde o r/chão passará a ser galeria e virada para o parque, a remodelação do Centro Cultural onde a galeria passará a ser os serviços administrativos e no local destes passará a funcionar o posto de turismo / loja. Igualmente será remodelado o edificio nas traseiras do auditório do edificio do Centro Cultural e o antigo edificio da Hidráulica que passará a ser a casa de alojamento para criadores; -----

- Em relação aos 2.750 euros na área da mobilidade informou que têm a ver com a obra EN3 e com as estradas em recuperação; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Relativamente à protecção civil referiu que é feita por via dos Bombeiros, cujo orçamento é de cerca de 75 mil euros atribuídos através do protocolo aprovado em Maio de 2009, existindo ainda a atribuição de subsídios para a componente cultural e serviços efectuados; -----
- No que respeita à educação salientou que tem pena que o Pocal coloque estas despesas com despesas correntes e está convicto que a Carta Educativa seja um projecto positivo e que um casal quando define onde vai morar é mais determinante a qualidade da infra-estrutura escolar, a localização, os serviços de apoio à família, e a referência em vez de pensar que o município lhe vai descontar 1% do IRS. O referido investimento que está a ser feito jamais se poderá medir no ano seguinte mas sim daqui a 10 anos do qual o concelho de Vila Nova da Barquinha será conhecido por ter uma grande qualidade na área de educação, porque é nisso que a Câmara Municipal está empenhada; -----
- Explicou que a escola D. Maria II vai ser construída de raiz onde vai ser criado um novo edifício onde só o pavilhão C manterá a sua construção; -----
- Relativamente ao quadro de pessoal, mais propriamente aos concursos informou que são concursos lançados para assistente operacional na área da educação, em que alguns casos são funcionários a termo certo que poderão passar para tempo indeterminado, noutros casos são lugares para resolução de casos em que as próprias escolas contratavam pessoas à hora, muitos deles apoiados pelas Associações de Pais. Estes concursos segundo a lei são obrigatórios não podendo os funcionários passar automaticamente para o quadro de pessoal da Câmara Municipal. No que respeita à admissão de lugar de jurista justificou que há uma contratação a termo certo, que para passar a indeterminado tem de se prever um lugar no quadro, assim como o lugar de assistente social estar previsto, pois no momento a Câmara tem um estagiário do Pepal; -----
- Referiu que faz sentido a expressão “dar margem para realizar” pois quando está aprovado pela Assembleia Municipal 3 milhões de euros, pode-se dizer que há margem económica financeira para a realização dos projectos; -----
- Mencionou outros possíveis projectos tais como as energias renováveis nas piscinas municipais, que já estão preparadas para tal efeito; -----
- Elogiou a Ordem de Trabalhos nesta sessão assim como o trabalho executado pela Assembleia Municipal no decorrer da sessão; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados o Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu à votação: -----

Neste ponto houve 2 deputados que não votaram pelo facto de já não estarem presentes na sessão; -----

----- Tendo sido colocada à votação os Documentos Previsionais de Gestão para 2010 – Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais, estes foram aprovado por maioria com 5 abstenções dos Senhores Deputados Maria José Martinho da CDU e António Pereira, Valter Caldeira, Paulo Tavares e Eduardo de Oliveira do PSD e 13 votos a favor dos Deputados Municipais Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, João Gralha, José Maria Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Inocêncio Cruz, Joaquim Gomes, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS. -----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Por não haver mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas vinte e uma hora e trinta minutos e para constar se lavrou a presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

- Anexo nº1 Lista de Expediente.
- Anexo nº2 Informação do Líder da Bancada do Partido Socialista
- Anexo nº3 Informação do Líder Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária
- Anexo nº4 Informação do Líder da Bancada do CDS-PSD
- Anexo nº5 Lista de candidatos dos Partidos Políticos para a Assembleia Intermunicipal da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
- Anexo nº6 Lista de Candidatos do PS para a Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Anexo nº7 Lista de Candidatos do PS para a Assembleia Distrital
- Anexo nº8 Lista de Candidatos do PS para o Conselho Cinegético
- Anexo nº9 Lista de Candidatos do PS para a Comissão Municipal da defesa da Floresta Contra Incêndios
- Anexo nº10 Lista de Candidato do PS para a Comissão Concelhia de Saúde
- Anexo nº11 Lista de Candidato do PS para o Conselho da Comunidade – ACES (Agrupamento Centros de Saúde) Médio Tejo II Zêzere
- Anexo nº12 Lista de Candidatos do PS para o Conselho Municipal de Segurança

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Anexo nº13 Lista de Candidato do PS para a Comissão Mista de Acompanhamento do PDM
- Anexo nº14 Lista de Candidato do PS para a Comissão Protecção de Crianças e Jovens
- Anexo nº15 Lista de Candidato da CDU para a Comissão Protecção de Crianças e Jovens
- Anexo nº16 Lista de candidatos dos partidos Políticos, PS, PSD e CDU para a Comissão Permanente
- Anexo nº17 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
- Anexo nº18 Lista de candidatos dos partidos Políticos, PS, PSD e CDU para a Comissão Protecção de Crianças e Jovens